

Charge DaCosta

AUMENTO MÉDIO



Dia a Dia

E-mail: diaadia@atribuna.com.br

Blog: atribuna.com.br/blogdiaadia

Grand Prix

Mais dias, menos dias, eles estariam de volta à quadra. Aconteceu. Pela primeira vez desde as eleições de outubro, o atual prefeito de São Vicente, Luis Cláudio Bili (PP), e o deputado federal Márcio França (PSB) – pai do candidato derrotado no pleito, Caio França (PSB) – dividiram o mesmo palanque. E com a participação especial do deputado estadual Luciano Batista (PSB), adversário interno do líder socialista. Foi ontem, durante a visita do governador Geraldo Alckmin (PSDB) ao Município. Durante os discursos oficiais, a troca de farpas deu o tom. Parece que na Terra de Martim Afonso a frase feita “agora estamos todos juntos pelo bem da Cidade”, por enquanto, só é usada da boca pra fora.

Saque

O primeiro a se pronunciar foi Batista, que deixará o partido presidido no Estado por Márcio França para ingressar no PTB. Sobre a eliminação dos semáforos no trecho vicentino da Rodovia dos Imigrantes, ele alfinetou: “Muita gente não colaborou e até atrapalhou o projeto”, disse, sobre as tratativas frustradas que manteve com o prefeito Tercio Garcia (PSB) – afilhado político de França.

Manchete

O deputado federal respondeu que dos R\$ 55 milhões assegurados pelo ex-governador José Serra (2007-2010) para a intervenção, apenas R\$ 500 mil foram destinados à elaboração do projeto executivo. O parlamentar disse ainda que o recurso empenhado não seria suficiente para as obras, hoje orçadas em quase R\$ 100 milhões.

Cortada

Foi a deixa para que Bili soltasse o cada vez mais famoso verbo. “Foram tantas as pessoas que morreram nesses cruzamentos por conta da vaidade pessoal de quem já governou esta Cidade”, divagou. E apontou a mira para as administrações anteriores. “Estamos a 100 metros do teatro (no Parque Bitaru) que já teve verbas liberadas, mas cuja obra nunca ficou pronta”.

Bloqueio

Em meio ao fogo cruzado, restou à estrela maior do evento, o governador Alckmin, a defesa de França – seu ex-secretário de Turismo. Ele elogiou o trabalho desenvolvido pelo vicentino nos dois anos em que esteve à frente da pasta e, ainda, por ser “um dos melhores deputados por São Paulo no Congresso Nacional”.

Defesa

E por falar em eleição em São Vicente, Caio França pode não ter conseguido seu espaço no Paço Municipal, mas o obteve na Assembleia Legislativa. O advogado foi convidado pelo líder da bancada do PSB na Casa, deputado Carlos Cezar, para ser consultor jurídico do socialistas dentro do Palácio 9 de Julho.

O mundo passa por uma severa crise. Tudo o que o País não precisa é a gente começar a montar palanque em janeiro de 2013”

Eduardo Campos (PSB), governador de Pernambuco, a respeito das especulações sobre seu nome para concorrer à Presidência da República em 2014.

Nos bastidores a luta para falar pelo prefeito na Câmara

Vereadores fazem suas apostas sobre quem será o porta-voz oficial no poder Legislativo

SANDRO THADEU

DA REDAÇÃO

Ter maioria no Legislativo nem sempre significará garantia de vitória para o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB). Em certas ocasiões, será fundamental ter um líder do Governo com muita experiência e habilidade política para orientar votações e articular a aprovação de projetos de interesse do Executivo.

Além de responder aos ataques dos opositores e manter coesa a base do ocupante da principal cadeira do Palácio José Bonifácio, o vereador que assumir essa responsabilidade terá de justificar e prestar informações a respeito das posições da Administração.



José Lascane (PSDB), cogitado por pertencer ao clã dos tucanos

Visão Laser
Hospital Oftalmológico
(13) 2104.5000
www.visaolaser.com.br
Diretor Médico: Dr Colombo Barboza CRM 19555

O nome ainda não está definido, conforme admitiu ontem para *A Tribuna* o chefe do Executivo. “Ainda estamos dialogando com a base governista para fazer a escolha”, revela Barbosa.

Apesar da indefinição, dois nomes estão mais cotados para assumir essa responsabilidade, segundo a reportagem apurou: José Lascane (PSDB) e Marcus De Rosis (PMDB).

O primeiro tem a seu favor o fato de pertencer à mesma legenda de Barbosa. Outro aspecto positivo é a vasta experiência na Casa, pois está no sétimo mandato consecutivo.

De Rosis também é muito cotado por ter uma grande capacidade de diálogo junto aos colegas de plenário – inclusive com os de oposição. No último biênio, foi líder do prefeito



Marcus De Rosis (PMDB) foi líder do ex-prefeito Papa no Legislativo

João Paulo Papa (PMDB) e demonstrou muita habilidade para justificar os atos da Administração anterior.

As negociações parecem ainda estar mornas, segundo dois estreates no Legislativo, que não quiseram se identificar. Ambos concordam que o escolhido deve ser alguém com muita vivência na Câmara.

“Entendo que o melhor nome é o Lascane, porque é da

mesma legenda do prefeito e terá mais facilidade de dialogar. Porém, as conversas ainda estão engatinhando”, revela um deles.

O outro edil possui uma opinião divergente. “Ainda não fui consultado sobre o assunto, mas alguns nomes são fortes. O De Rosis já exerceu bem essa função no passado. Ele anda muito quieto para o meu gosto, não

Audiência

As sessões do Legislativo terão início somente em fevereiro, mas os vereadores já estão em plena atividade. Hoje, às 10 horas, a Comissão de Saúde e Higiene da Câmara realiza a primeira audiência pública do ano. Convocado pelo vereador Evaldo Stanislaw (PT), o encontro discutirá a situação dos três prontos-socorros municipais. Na ocasião, será apresentado um raio-X dessas unidades da rede pública, após uma vitória não agendada realizada pelo parlamentar no início deste ano.

assumiu nenhuma comissão permanente e pode estar trabalhando para isso”, ressalta.

Há vários anos na Casa, um terceiro vereador consultado acredita que a liderança do Governo deverá ficar com Lascane e que ainda é muito cedo para Barbosa ter essa definição. “É preciso ter alguém com sintonia fina com o prefeito. Não acredito que o PSDB abrirá mão disso, assim como ocorreu com o PMDB durante o Governo Papa”.

Outro parlamentar acredita que é natural que alguém do PSDB fique com a liderança do Governo, pois possui a maior bancada (seis integrantes). “A legenda possui bons quadros e pessoas com experiência no Executivo e no Legislativo”.

Há quem aposte na força do representante do PMDB nos bastidores. “O Marcus já sabe como atuar nessa função. Além disso, é uma forma de garantir que um partido de quatro integrantes não faça muito barulho na oposição”.

A Tribuna tentou contato com De Rosis e Lascane, mas não conseguiu até o fechamento dessa edição.

Estudo de Impacto de Vizinhança é lei

DA REDAÇÃO

Desde ontem, está em vigor a Lei Complementar 793, referente ao Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV). Isto quer dizer que empreendimentos ou atividades classificadas como causadoras de impacto no sistema viário e de transporte coletivo, de infraestrutura urbana e de meio ambiente deverão apresentar um estudo prévio, feito por um técnico contratado pelo empreendedor, além de seguir os padrões estabelecidos pela Prefeitura.

Este documento busca identificar e avaliar alguns itens como adensamento populacional, equipamentos urbanos, serviços públicos, sistema de circulação e de transporte, entre outros. Será um diagnóstico da área de influência onde será construído o empreendimento.

“O EIV é um instrumento muito importante para fazer a gestão dos impactos de crescimento da Cidade”, ressalta o arquiteto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, José Marques Carriço.

ALTERAÇÕES

Desde quando a Lei Complementar foi encaminhada pelo ex-prefeito de Santos a Câmara, João Paulo Papa (PMDB), no início de 2012, até sua aprovação pela Câmara, em dezem-



Os empreendimentos são obrigados a apresentar previamente o EIV

bro do mesmo ano, ocorreram mudanças importantes em seu conteúdo. A maioria delas foi proposta pela ex-vereadora, Cassandra Maroni (PT).

No texto original, o EIV era exigido para edifícios ou conjuntos habitacionais com mais de 500 apartamentos. Agora, o documento é obrigatório para

prédios com mais de 200 unidades, inclusive de *flat service* ou *apart-hotel*.

Outra mudança é na porcentagem relativa ao volume de reformas com acréscimo de área construída. O índice anterior era de 20% e, agora, passa a ser de 5%.

O estudo também passará a

ser exigido aos edifícios a partir de 20 mil metros quadrados de área construída ou de 10 mil metros quadrados de área de terreno.

Os empreendimentos comerciais, residenciais (acima de 80 unidades), industriais, portuários e retroportuários que não se enquadrarem no estudo terão de apresentar um Atestado de Conformidade de Infraestrutura Urbana e Ambiental, que tem como objetivo comprovar que os serviços de fornecimento de água, esgoto, energia elétrica, transporte público e o sistema viário existente do Município atendem a demanda do empreendimento.

ANÁLISE

De acordo com Carriço, o EIV será analisado pela Comissão Municipal de Análise de Impacto da Vizinhança (COMAIV), que ainda será criada pela Prefeitura. “Trata-se de uma comissão multidisciplinar, com integrantes de várias secretarias. Por isso, a tendência é ter agilidade no processo de aprovação (ou não) do empreendimento. Agora, o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) deve fazer a montagem desta equipe. A partir daí é que serão feitas as análises dos projetos”, finaliza o arquiteto.